



## **Inclusão de discentes com deficiência: Dimensionamento sobre a política de acesso e permanência nos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB**

Inclusion of students with disabilities: Dimensioning on the policy of access and permanence in the Campuses of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Paraíba

Lamara Fabia Lucena Silva<sup>1</sup>

Mariana Camilo Medeiros Rosa<sup>2</sup>

Rivânia de Sousa Silva<sup>3</sup>

**Resumo:** O trabalho é resultado parcial de uma pesquisa realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB, cujo objetivo é levantar informações documentais que permitam mapear como a política de inclusão das pessoas com deficiência está sendo efetivamente implementada na Instituição, delimitando o corpo discente de todos os Campi como objeto de estudo. Apresenta dados sobre o quantitativo alunos com deficiência em cada campus e os tipos de limitações destes. A metodologia utilizada baseia-se na análise documental e bibliográfica. Inicialmente foram catalogadas as normas e regulamentações sobre a Política de Inclusão, em seguida estudos e discussões sobre o tema e em seguida foi realizada a coleta de informações sobre de registro de matrícula nos setores responsáveis pela ação de apoio aos alunos com deficiência ou necessidades especiais no IFPB. Os resultados apontaram alguns aspectos sobre a política de acesso e permanência de PcD que merecem a atenção na instituição pesquisada. 19 (dezenove) campi registram

---

<sup>1</sup> Mestre em Sociologia pela UFCG, assistente em administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Brasil. lamara.silva@ifpb.edu.br. Grupo de Pesquisa Inclusão da Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos.

<sup>2</sup> Mestre em Direito Constitucional pela UFRN, assistente em administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Brasil. mariana.rosa@ifpb.edu.br. Grupo de Pesquisa Inclusão da Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos.

<sup>3</sup> Mestre em Educação Especial pela UFRN, pedagoga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Brasil. rivania.silva@ifpb.edu.br. Grupo de Pesquisa Inclusão da Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos.



matrícula de aluno com deficiência, o número maior se concentra no campus mais antigo em João Pessoa. Constatou-se a falta de um registro efetivo sobre o quantitativo de egressos com deficiência.

**Palavras-chave:** Educação. Inclusão. Acessibilidade.

## INTRODUÇÃO

A história da educação especial com a finalidade de alcançar a todos indistintamente é permeada por lutas que envolvem etapas conforme, Beyer (2006) que transitam da exclusão onde as pessoas com deficiência não estão inseridas em nenhum tipo de instituição de ensino. Outra fase de separação na qual estão inseridas em escolas especiais e as pessoas “ditas normais”, no ensino regular. Outro período de integração no qual as pessoas com deficiência estão na mesma instituição de ensino que as “ditas normais”, mas em grupos separados. Mesma escola, sala diferente. E por fim, a inclusão, As pessoas com deficiência estão inseridas na mesma instituição de ensino e no mesmo grupo das pessoas “ditas normais”.

O trabalho se delimita em dimensionar como este processo no marco da inclusão está acontecendo no IFPB de forma crescente. Partindo de uma análise histórica de mudanças na estrutura da Instituição, formas de organização neste processo de transformação que está além de um acesso à matrícula. Perpassando por uma localização Pretendemos apresentar.

No Brasil, ano de 1999 a Escola Técnica Federal da Paraíba passa a ser o Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba - CEFET. Em 2007 ocorre a publicação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), contemplando as metas sobre a educação nacional que por meio do Decreto nº 6.095 estabelece as diretrizes para a criação da Rede de Institutos Federais. O Governo Federal propõe o Plano de Expansão da Rede Federal de Ensino,

A Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 institui a Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia, cria os Institutos Federais e dá outras providências, atendendo à política governamental de Expansão da Educação Profissional e Tecnológica. Realidade que consolida um novo cenário no qual o Instituto Federal de Educação da Paraíba



deve se adequar com uma estrutura de funcionamento multicampi, e oferta de cursos em níveis de formação básica, técnica, superior e de capacitação.

A expansão do ensino superior no Brasil confere ao IFPB, uma nova forma de estruturação e organização. Atualmente, a Reitoria é sediada em João Pessoa, passa a contar, após os Planos de Expansão, com 21 campi em todo território do Estado da Paraíba.

O Projeto de reestruturação da Rede objetiva oferecer um ensino gratuito e de qualidade; cursos voltados para o mercado de trabalho local; quadro de professores formado por mestres e doutores; formação profissional de nível Técnico e Superior; cursos técnicos integrados ao ensino médio e Subsequentes; oportunidade de participar de pesquisas de iniciação científica; participação em atividades de Extensão; aquisição de competências para a vida pessoal e profissional; aptidão para desenvolver suas atribuições no mercado de trabalho.

O Art. 2º da lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 define os Institutos Federais como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas. Esta especificação traz atrelado o desafio de preparar profissionais cidadãos com sólida formação humanística e tecnológica para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade sustentável, justa e solidária, integrando o ensino, a pesquisa e a extensão.

## **ESTRUTURAÇÃO DE AÇÕES INCLUSIVAS**

A Política de Assistência Estudantil foi implementada no ano de 2011 no IFPB com o objetivo de garantir o acesso, a permanência e a conclusão com êxito, utilizando-se de diversos programas, dentre eles, o apoio aos estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas. Neste escopo, as Ações Inclusivas no Instituto Federal da Paraíba estão fundamentadas nos princípios de respeito à dignidade da pessoa humana e às diferenças. Buscando elaborar, articular e promover práticas que garantam a inclusão e a democratização de procedimentos por meio da participação dos estudantes em todos os seus processos. Tendo



ainda o objetivo de remover todos os tipos de todos os tipos de barreiras e formas de discriminação.

O IFPB assume como compromisso essencial a igualdade de direitos e o acesso à educação para todos, atendendo a diversidade total das necessidades dos alunos. Neste sentido, a Coordenação de Ações Inclusivas vem, desde o seu início, em março de 2016, empreendendo ações voltadas para promover o acesso e a permanência das pessoas com necessidades educacionais específicas em seu espaço acadêmico.

Em todos os campi do IFPB, os Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs) atuam no apoio e atendimento de alunos e contam, de acordo com suas necessidades locais, com tradutores e intérpretes de Libras, transcritores de Braille, cuidadores, leitores, alfabetizadores de jovens e adultos e psicopedagogos contratados, além de servidores efetivos do quadro de pessoal do IFPB.

Conforme Miranda (2008, p.9), a inclusão na atualidade exige um movimento e provoca novas concepções sobre as práticas educativas dentro e fora da escola. Mudanças que perpassam a organização social e todos os espaços da escola. Portanto, exige heterogeneidade e multiplicidade de serviços, considerando a criança em todos os seus níveis. Desta forma, a escola deve estar preparada para dar respostas eficazes que saibam considerar as capacidades e necessidades destes alunos.

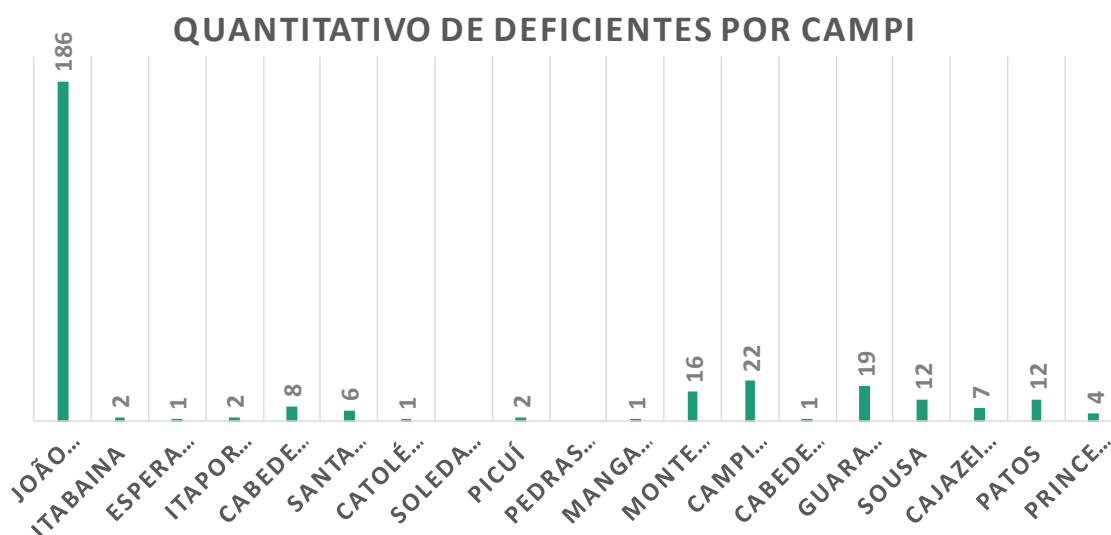
O Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, Art. 27 prescreve que é considerada pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Portanto, a educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. Não basta ensinar às PcDs habilidades e comportamentos produtivo-adaptativos, por um lado, garantir o acesso a serviços e recursos comunitários, por outro, para que o processo automaticamente ocorra. A inclusão plena é caracterizada por um conjunto de ações processos que precisam ser legitimados e aceitos por toda a organização.

O processo de inclusão das pessoas com deficiência engloba a participação de PcDs, segundo seu potencial de trabalho e a integração deles com os demais agente das instituições. Este processo não é apenas uma atividade isolada de reserva da vaga em processo eletivo, envolve também diversas ações que perpassam várias esferas.

## METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido com o intuito de atender aos objetivos propostos e discutir a problemática do tema. A pesquisa é descritiva e os procedimentos utilizados consistem em pesquisa bibliográfica com revisão da literatura sobre o tema proposto, centrada principalmente nos planos e projetos de ações sobre a política de inclusão no IFPB levantados em Regulamentações Nacionais e Normas Internas.

Vejamos os gráficos abaixo com as especificações sobre quantitativo e localizações nos campi:

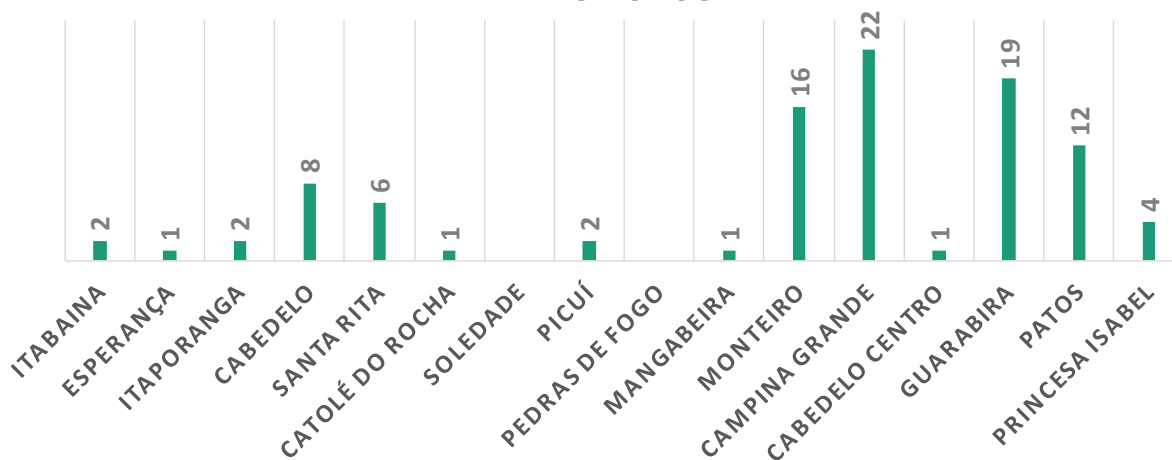


Dados coletados em registros institucionais da Diretoria de Ações Inclusivas – IFPB, levantados até o ano de 2017

Num contexto geral, as informações apontam para uma variação significativa de quantitativo de alunos com deficiência ou necessidades especiais específicas entre o Campus João Pessoa e os demais. As variáveis que podem interferir tem relação com o número de matrículas de discentes como um todo. O campus João Pessoa tem o mais percentual de discentes no IFPB. Outros fatores podem ser levantados em um segundo momento da pesquisa ainda em desenvolvimento.

Um ponto que merece destacar é a diferença entre o número de alunos com deficiência no Campus Monteiro, Guarabira (esses dois implantados em pouco tempo XX anos) e Campina Grande (Implantado há mais tempo e localizado em um centro urbano bem mais desenvolvido). O campus Cajazeiras está em funcionamento há mais tempo, sendo um dos mais antigos e, no entanto, há registro de sete discentes PcDs.

**QUANTITATIVO DE ALUNOS DEFICIENTES NOS CAMPI MAIS NOVOS**



A demanda é crescente e deve ser atendida de forma uniformizada sendo observada a política de Apoio ao alunos com necessidades especiais em todos os campi, desde os mais antigos aos mais recentes. É perceptível a uniformidade das formas de acesso embora haja especificidades locais das diversas regiões nas quais se situam, principalmente os campi situados no interior do Estado.

## TABELAS COM OS DISCENTES DEFICIENTES DOS CAMPI APÓS A EXPANSÃO

A descrição apresentada abaixo demonstra as tipificações de situações múltiplas em alguns campi que requer atendimentos com variações diversas. Pode-se dizer que são indicadores para a uma melhor estruturação de planejamento.

Campus	Gênero	Tipo de deficiência	Quantidade
Cabedelo	Masculino	Perda auditiva e visual	1
	Masculino	Dificuldade de locomoção e dores	1
	Masculino	Esquizofrenia	1
	Feminino	Paralisia cerebra	1
	Masculino	Doença degenerativa	1
	Masculino	Deficiência auditiva	1
	Masculino	Deficiência visual	1
	Feminino	Perda auditiva profunda	1
Total de portadores			8

Campus	Gênero	Tipo de deficiência	Quantidade
Campina Grande	Masculino	Deficiência visual	1
	Masculino	Dislexia	1
	Feminino	Deficiência visual	3
	Feminino	Dislexia	1
	Feminino	Deficiência auditiva	2
	Masculino	Dislexia e TDAH	3
	Masculino	Deficiência auditiva	1
	Masculino	Surdo	6
	Feminino	Dislexia e outras	1
	Feminino	Surdo	3
Total de Portadores			22

Campus	Gênero	Tipo de deficiência	Quantidade
Esperança	Feminino	Deficiência intelectual	1
Total portadores			1
Itabaiana	Masculino	Surdez	1
	Masculino	TDAH	1
Total portadores			2
Itaporanga	Masculino	Surdez	1
	Masculino	Física	1
Total de portadores			2
Catolé do Rocha	Masculino	Visão monocular	1
Total portadores			1

O levantamento dos dados dessa pesquisa evidencia o empenho da Instituição em efetivar o processo inclusivo e implantar instâncias para atendimento especializado dos alunos com deficiência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que o IFPB efetivamente tem atendido a regulamentação nacional e internacional de cotas para PcD em todo o processo seletivo desde 2008 e conta atualmente com 21 campi. Todos operacionalizam a mesma política através de vários instrumentos institucionais que contemplam a política de inclusão.

Algumas ações na política de inclusão no IFPB devem ser implantadas e outras melhoradas. Há indicações de demandas para outras pesquisas. 19 (dezenove) campi





registram alunos com deficiência, o número maior se concentra no campus mais antigo – João Pessoa. O número menor de aluno PcD se verifica nos campi mais novos (Esperança, mangabeira e Catolé do Rocha). 2 (dois) campi não têm registro e 9 (nove) campi trabalham com o NAPNE que é o Núcleo responsável pelo acompanhamento destes alunos desde o ingresso até a conclusão. Nos campi que não funciona NAPNE há Coordenação. Por fim, constatou-se a falta de um registro efetivo sobre o quantitativo de egresso.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei N. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.096**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>> Acesso em 28 de out 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9394, de 20/12/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Lei n. 10.172, de 9/1/2001. Estabelece o Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes do REUNI**. Brasília, 2007. <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>> acesso em 28 out 2015.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior -2013**. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br>> acesso em 28 out 2015.



\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Brasília, DF: MEC, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Tradução Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1977.

CABRAL NETO, Antonio. In: CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo; FRANÇA, Magna (org). **Política Educacional: Contextos e perspectivas da educação brasileira.** Brasília: Liber Livro, 2012

CABRAL NETO, Antonio. RABELO, Maria da Piedade Pessoa Vaz (org.). **O Ensino Superior no Brasil e em Portugal: Perspectivas políticas e pedagógicas.** Natal: EDUFRRN, 2010.

CAMINI, Lucia. A política educacional do PDE e do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação 2010. **RBPAE**, v.26, n.3, p. 535-550, set/dez. 2010.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo; FRANÇA, Magna. **Política Educacional: contextos e perspectiva da educação brasileira.** Brasília: Liber Livro. 2012.

\_\_\_\_\_. BARBALHO, Maria Goretti Cabral (organizadoras). **Política de expansão da educação superior: dimensões, cenários e perspectivas.** Natal: EDUFRRN, 2015.

CHIZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1991.

CORREIA, Miranda Luís de. **A Escola Contemporânea e a Inclusão de alunos com NEE.** Considerações para uma educação com sucesso. Porto: Porto Editora, 2008

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa: Aportes metodológicos.** 5ª ed. São Paulo: Papyrus, 2012.

DOURADO, Luiz Fernandes. Plano Nacional de Educação como Política de Estado: antecedentes históricos, avaliação e perspectivas. In: DOURADO, Luiz Fernandes (org). **Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas.** Goiânia: Editora UFG; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; FONSECA, Marília. O planejamento das políticas educativas no Brasil e seus desafios atuais. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 29, n. 1, p. 69-96, jan/jun. 2011.



FILHO LIMA, Domingos. Expansão da educação superior e da educação profissional no Brasil: tensões e perspectivas. In, **Revista Educação em Questão**. Natal: Editora da UFRN, jan/ abril 2015.

GAMBOA, Sílvio Sánchez. A globalização e os desafios da Educação no limiar do novo século. IN: SANFELICE, José Luis. Pós-modernidade, globalização e educação. IN: GARCIA, Luciane Terra dos Santos; QUEIROZ, Maria Aparecida. **Embates pedagógicos e organizacionais nas políticas de educação**. Natal: EDUFRN, 2009.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola**: de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto alegre: Mediação, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IFPB. **Plano de Desenvolvimento Institucional- (2010 - 2014)**. João Pessoa, 2010.

\_\_\_\_\_. **Plano Pedagógico Cursos de Graduação do Campus Campina Grande**. Disponível em: <<http://estudante.ifpb.edu.br/curso/>> acesso em 12 de set 2016

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7ª ed. 4 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

Silva, Rivânia de Sousa. **Inclusão de Estudantes com Deficiência no Instituto Federal da Paraíba a partir da Implantação da Ação TEC NEP**. Dissertação de Mestrado. UFRN. 2015.